

GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTES METROPOLITANO

RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Índice

Balanço Patrimonial.....	3 e 4
Demonstração do Resultado.....	5
Demonstração do Resultado Abrangente.....	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Demonstração do Valor Adicionado.....	9
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025.....	10



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

ATIVO	NOTAS	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	20.518.574	82.021.493
Contas a Receber GRCTM		1.602	2.202
Estoques	5	195.951	253.358
Impostos a Recuperar	6	1.556.083	1.911.064
Adiantamentos a Empregados e Outros	7	5.633.327	5.972.528
Despesas Pagas a Regularizar		35.121	56.987
Outras Despesas Correntes	8	54.206.469	5.795.527
Outros Créditos	9	70.370.174	-
TOTAL DO CIRCULANTE		152.517.301	96.013.157
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	10	14.791.278	12.995.862
Imobilizado	11	2.036.432	5.147.586
Intangível	12	163.890	2.170.674
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.991.600	20.314.122
TOTAL DO ATIVO		169.508.902	116.327.279

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)

PASSIVO	NOTA	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	83.661.823	84.484.513
Salários e Encargos Sociais	14	57.653.651	22.809.012
Impostos, Taxas e Contribuições	15	6.714.277	2.519.808
Valores Restituíveis	16	6.044.502	6.044.502
Arrecadação antecipada de Bilhetagem Eletrônica	17	2.656.385	60.060.962
Depósito de Terceiros	18	9.185.742	8.037.228
Depósito para Recursos e Judiciais		129	79.205
Outras Obrigações		15.314	270.815
TOTAL DO CIRCULANTE		165.931.824	184.306.046
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas	19	26.383.084	50.554.593
Resíduos de Créditos STPP		-	69.251.130
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		26.383.084	119.805.723
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	20		
Capital Social Subscrito		1.000.000	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar		(424.300)	(424.300)
Prejuízos Acumulados		(58.373.116)	(223.351.600)
Crédito para Futuro Aumento de Capital		34.991.410	34.991.410
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(22.806.006)	(187.784.490)
TOTAL DO PASSIVO		169.508.902	116.327.279

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)

	NOTA	2025	2024
Receita Operacional Líquida	21	2.846.621	3.713.806
Custo dos Serviços Prestados		(540.781.347)	(396.239.223)
Resultado Bruto		(537.934.726)	(392.525.417)
(Despesas) receitas Operacionais			
Gerais e Administrativas	22	(167.479.722)	(59.261.353)
Pessoal e encargos	23	(85.198.435)	(46.351.706)
Tributárias	24	(5.897.695)	(1.727.937)
Outras Despesas Operacionais	25	(845.398)	(893.161)
Outras Receitas Operacionais	26	30.304.512	5.031.498
Transferências líquidas do Tesouro Estadual	27	738.352.578	501.792.914
Outras		5.672.607	-
Lucro Operacional antes do resultado financeiro		514.908.446	398.590.255
Receitas Financeiras		2.597.513	1.515.443
Despesas Financeiras		(233.659)	(356.291)
Resultado Financeiro		2.363.855	1.159.152
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(20.662.425)	7.223.990
Lucro/Prejuízo do Exercício		(20.662.425)	7.223.990
Lucro/Prejuízo por lote de 1.000.000 ações do Capital Social no final do exercício		(20,66)	7,22



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Outros Resultados Abrangentes	(20.662.425)	7.223.990
Retificação de Erro	185.640.909	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>164.978.484</u>	<u>7.223.990</u>

[Handwritten signature]

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)

	NOTA	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
Saldos do Exercício em 31/12/2023		1.000.000	(424.300)	34.991.410	(256.372.053)	(220.804.944)
Saldos Iniciais Ajustados		1.000.000	(424.300)	34.991.410	(230.575.589)	(195.008.480)
Lucro do exercício					7.223.990	7.223.990
Saldos do Exercício em 31/12/2024		1.000.000	(424.300)	34.991.410	(223.351.600)	(187.784.490)
Ajuste de exercícios anteriores	20.5	-	-	-	185.640.909	185.640.909
Prejuízo do exercício					(20.662.425)	(20.662.425)
Saldos do Exercício em 31/12/2025		1.000.000	(424.300)	34.991.410	(58.373.116)	(22.806.006)

[Assinatura]

[Assinatura]

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(20.662.425)	7.223.990
Ajustes de exercícios anteriores	185.640.909	-
Depreciações e amortizações	431.733	(560.265)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(24.171.509)	(2.228.378)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.440	-
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado	<u>141.243.147</u>	<u>4.435.347</u>
Aumento (diminuição) de Ativos		
Contas a Receber	(3.840)	(1.483)
Estoques	57.406	(82.978)
Impostos a Recuperar	354.981	(388.321)
Adiantamentos a Empregados e Outros	339.201	375.796
Despesas Pagas a Regularizar	21.866	(56.987)
Outras Despesas Correntes	(48.410.942)	(691.510)
Outros Créditos	(70.370.174)	-
Depósitos Judiciais	(1.795.416)	(4.209.071)
	<u>(119.806.919)</u>	<u>(5.054.552)</u>
Aumento (diminuição) de Passivos		
Fornecedores	(822.690)	(106.792)
Salários e encargos sociais	34.844.639	6.181.571
Impostos, taxas e contribuições	4.194.469	(174.131)
Conta Corrente STPP	(57.404.577)	(5.617.974)
Depósito de Terceiros	1.148.513	2.304.368
Depósito para recursos judiciais	(79.076)	79.205
Outras Contas a Pagar	(255.501)	190.818
Resíduos de Créditos STPP	(69.251.130)	-
	<u>(87.625.352)</u>	<u>2.857.064</u>
Caixa Líquido Proveniente (Usado) das Atividades Operacionais	<u>(66.189.124)</u>	<u>2.237.859</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	2.958.054	(589.562)
Intangível	1.728.151	278.633
Total das Atividades de Investimentos	<u>4.686.205</u>	<u>(310.929)</u>
Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes	<u>(61.502.919)</u>	<u>1.926.929</u>
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais	82.021.493	80.094.564
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais	20.518.574	82.021.493
Variação no Caixa e Equivalentes	<u>(61.502.919)</u>	<u>1.926.929</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em reais)

	2025	2024
RECEITAS	795.670.781	512.763.356
Transferências e delegações recebidas	738.352.578	501.792.914
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.846.621	3.713.806
Outras receitas	30.304.512	5.031.498
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24.171.509	2.228.378
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.440)	(3.240)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(723.894.276)	(456.096.935)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(540.781.347)	(396.239.223)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(183.112.929)	(59.857.711)
VALOR ADICIONADO BRUTO	71.776.505	56.666.421
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO (retenções)	(431.733)	(560.265)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	71.344.772	56.106.156
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.597.513	1.515.443
Receitas financeiras	2.597.513	1.515.443
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	73.942.285	57.621.598
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	73.942.285	57.621.598
Pessoal	77.486.465	38.195.276
Remuneração direta	75.226.608	35.634.112
FGTS	2.259.856	2.561.164
Impostos, taxas e contribuições	13.594.822	9.472.150
Federais	13.389.834	9.373.034
Municipais	204.988	99.116
Remuneração de capitais de terceiros	3.523.424	2.730.182
Juros	2.611	121.708
Aluguéis	3.520.813	2.608.474
Remuneração de capitais próprios	(20.662.425)	7.223.990
Lucros retidos/prejuízos do exercício	(20.662.425)	7.223.990

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundamentado na Lei nº 11.107, o **GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTE METROPOLITANO** foi criado em 2008, após a extinção da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU/Recife), sendo pioneiro na implantação de consórcio de transporte público de passageiros no país.

Com um quadro operacional de 157 servidores efetivos, 30 em cargos comissionados, 15 extra quadro, 11 jovens aprendizes e 334 (trezentos e trinta e quatro) servidores terceirizados, o Grande Recife é o órgão gestor de um sistema constituído por 09 operadoras de ônibus, 26 Terminais Integrados, 01 Terminal de Passageiros, 84 Mini Terminais funcionais, 44 Estações de BRTs, sendo 28 em operação, 5 não operantes, 7 vandalizadas aguardando obras de revitalização, 1 pronta para operar, mas fechada por conflito técnico viário com a CTTU. 3 fechadas aguardando obras de reconstrução e 02 Corredores Exclusivos de Ônibus, transportando cerca de 1,2 milhão de passageiros, aproximadamente, por dia.

O CTM implementou o Programa de Demissão Voluntária (PDV), instituído por meio da Portaria nº 085/2025, de 30 de maio de 2025, como parte das medidas de reestruturação organizacional e otimização da estrutura administrativa. O programa contou com a adesão de 62 empregados do quadro permanente, resultando no reconhecimento de despesas no valor de R\$ 20.425.137,26.

Os valores foram reconhecidos no resultado do exercício, em conformidade com o regime de competência, e refletem compromissos assumidos pela Entidade no processo de reestruturação de seu quadro funcional.

A Administração entende que os efeitos financeiros decorrentes da implementação do PDV possuem natureza não recorrente, estando diretamente associados às ações de reorganização administrativa adotadas no período, com expectativa de contribuir para a racionalização dos custos operacionais em exercícios futuros.

Com a publicação da Lei nº 15.275/2014, de 29 de abril de 2014, que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM, relativo ao exercício de 2014, passou o CTM, no decorrer de 2014, a utilizar o sistema E-FISCO, sistema de controle orçamentário, financeiro e contábil, desenvolvido pela SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, para registro de seus atos e fatos administrativos, considerando que o Consórcio se encontra na qualidade de estatal dependente, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, Art. 2º, Inciso III.

Por ser uma estatal dependente, o CTM recebe do ente controlador, ESTADO DE PERNAMBUCO, recursos financeiros para pagamento de suas despesas. Devido a isto, pode-se afirmar que apesar dos sucessivos prejuízos apresentados, o CTM não entrará em descontinuidade, devido ao fato de fazer parte da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2025, Lei estadual nº 18.780, de 18/12/2024, adaptada pela Lei estadual nº 18.872, de 30/04/2025.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade - IFRS, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e modificações posteriores.

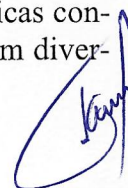
A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Sociedade em de março de 2026.

O CTM passou a atender, de forma suplementar, em função da utilização do sistema E-FISCO, os ditames de acordo com as práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, adotadas no Brasil, com base na Lei nº 4.320/64.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional do consórcio, e seguindo as diretrizes contábeis descritas abaixo.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.



Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa consistem nos saldos em bancos conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata e Bancos Contas Vinculadas. Estes valores compreendem 03 (três) fontes de recursos: 1) Recursos do Sistema de Transporte Público de Passageiros, oriundos da Bilhetagem Eletrônica; 2) Recursos Próprios; e 3) Repasses recebidos do Governo do Estado de Pernambuco para custeio das suas atividades operacionais.

As aplicações financeiras são realizadas na modalidade de Certificado de Depósito Bancário – CDB (pré-fixados ou pós-fixados), Fundo de Investimento Financeiro – FIF e foram classificadas como Disponibilidades do Consórcio em função da possibilidade de resgates imediatos livre de oscilações relevantes quanto aos valores resgatáveis. Constituem-se por depósitos bancários à vista, investimentos em Renda Fixa de alta liquidez, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das Demonstrações Contábeis.

3.2 Clientes e outros créditos a receber

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos, e estão ajustados pela constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

Os outros créditos correspondem aos valores referentes a Adiantamentos Diversos (funcionários e terceiros). Os pagamentos antecipados a empregados correspondem a adiantamentos feitos a funcionários por conta de salário mensalmente recebido, bem como, 13º salário, férias e empréstimos, por ocasião das férias prevista em acordo coletivo de trabalho, por opção do empregado.

3.3 Tributos a Recuperar

Há diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos devedores de PIS/PASEP, COFINS, IRRF e outros. Tais impostos são registrados pelo custo histórico e não são atualizados a valor presente devido a não incidência de atualização monetária sobre os mesmos.

3.4 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede ao valor de mercado.

3.5 Depósitos Judiciais

O depósito judicial é consequência da realização de atos processuais como o sequestro, o arresto, a penhora e pagamento por determinação judicial. No Consórcio os depósitos judiciais são contabilizados e individualizados por processo.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, as taxas utilizadas são as mencionadas na nota explicativa 10, em função da vida útil dos bens. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Ativos Imobilizados	Idade
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos



3.7 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade.

Os ativos intangíveis adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

3.8 Fornecedores

A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e contratação de serviços. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre os mesmos.

3.9 Outras obrigações a pagar

As outras obrigações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Atendendo ao princípio da relevância contábil, as obrigações sociais que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram consideradas isentas de despesas de juros.

3.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso será reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Caso o prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em período superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante.

Provisões para Contingências

A sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto dos valores provenientes do Capital Social Integralizado, dos Prejuízos Acumulados e Transferências Governamentais para futuro aumento de capital.

3.12 Apuração do Resultado

O Resultado do exercício é apurado pelo regime contábil de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Bancos		
Conta Única	6.645	92.165
Conta Corrente	2.158.277	63.877.820
Aplicações Financeiras	18.353.653	18.051.508
	20.518.574	82.021.493

São mantidos em bancos e aplicações financeiras, os recursos correspondentes ao recebimento da arrecadação para carregamento do Vale Eletrônico Metropolitano (VEM), do Sistema de Transporte Públi-

co de Passageiros – STPP, sendo de responsabilidade do Consórcio o controle dos recursos para serem repassados às Operadoras de ônibus e permissionários no momento do resgate dos créditos dos usuários.

Constam ainda no saldo das disponibilidades, montantes de recursos aportados pelo Governo do Estado de Pernambuco, para custeio das atividades operacionais do Consórcio.

As disponibilidades de propriedade do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano são representadas por montantes recebidos pelo aluguel de box nos Terminais do Sistema Integrado de Transporte, comercialização de Carteiras de Estudantes e Livre Acesso, RVPO – Remuneração de Veiculação de Publicidade em Ônibus, propagandas em abrigos e paradas de ônibus, multas sobre operadoras, e locação de espaço nos Terminais Integrados.

Ressalta-se que os saldos pendentes que existiam desde o exercício de 2014, mantidos nas contas, foi regularizado no presente exercício mediante os ajustes contábeis em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, promovendo a adequada depuração dos saldos patrimoniais.

5. ESTOQUES

	2025	2024
Materiais de Consumo	20.097	8.695
Materiais de Construção	175.855	244.663
	195.951	253.358

O controle físico-financeiro da conta de Estoques não está integrado com a contabilidade. O sistema de controle de estoque opera em uma plataforma diferente do e-fisco, pois o mesmo não permite a importação de arquivos digitais, apenas, exporta arquivos digitais para atendimento ao fisco federal de obrigações acessórias a que os entes estaduais estejam obrigados, impossibilitando assim a integração dos sistemas. Desta forma, o registro contábil da movimentação nessa conta está sendo feito manualmente com base em relatórios gerenciais emitidos pelo setor responsável e ajustado com base no inventário físico existente em 31/12/2025.



6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
COFINS a Compensar	8.974	8.974
ISS a Compensar	-	292.077
IRRF s/ Aplicação Financeira	1.547.109	1.280.551
Outros Tributos a Recuperar	-	329.462
	<u>1.556.083</u>	<u>1.911.064</u>

7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS E OUTROS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamentos a Empregados	1.447.639	1.652.296
Auxílio Doença	6.739	36.147
Salário Maternidade	713	97.577
Suprimentos de Fundos/Repasse Institucional	5.630	13.902
Outros Adiantamentos	4.172.606	4.172.606
	<u>5.633.327</u>	<u>5.972.528</u>

O montante da rubrica, outros adiantamentos, corresponde em sua maioria ao recolhimento de ISS - FONTE das operadoras de ônibus pelo Consórcio, incidente sobre as operações das empresas operadoras do sistema de transporte público de passageiros, estritamente municipal de Recife e Olinda, no âmbito da Câmara de Compensação Tarifária (CCT). Tais valores decorrem da sistemática operacional de arrecadação e compensação financeira do sistema, sendo apropriados contabilmente de acordo com as informações apuradas no processo de fechamento da CCT.

8. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Outras despesas correntes	54.206.469	5.795.527
	<u>54.206.469</u>	<u>5.795.527</u>

Nesta conta foi registrado o valor total de R\$ 54.206.4469, sendo R\$ 37.538.746,11 referente ao pagamento da atualização financeira decorrente da compra antecipada de vale-transporte realizada no âmbito da operacionalização do Sistema de Transporte Público da Região Metropolitana do Recife, R\$ 4.378.574,61 correspondente ao pagamento da parcela da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

do (CSLL), conforme Processo SEI nº 0050500059.004897/2024-15, e os demais valores referentes a pagamentos decorrentes de bloqueios judiciais em ações trabalhistas e cíveis movidas contra o Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, efetuados por determinação judicial.

9. OUTROS CRÉDITOS

	2025	2024
Outros créditos	70.370.174	-
	70.370.174	-

Refere-se a valores registrados a título de contas a receber junto à Fazenda Estadual, decorrentes de repasses financeiros vinculados ao custeio de despesas executadas pelo Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife com fonte de recurso 0500. Os valores representam direitos creditórios constituídos em razão do reconhecimento de despesas já incorridas, permanecendo registrados na referida rubrica até o efetivo ingresso ou compensação financeira correspondente.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A conta Depósitos Judiciais registra os valores depositados em juízo pelo Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, com a finalidade de garantia do juízo e cumprimento de determinações judiciais no âmbito de processos em que figura como parte. Tais valores referem-se a demandas de natureza trabalhista e cível e permanecem vinculados aos respectivos autos até decisão definitiva ou levantamento autorizado. O montante total de **RS 14.791.278** encontra-se assim distribuído:

	2025		
	Trabalhista	Cível	Total
Depósitos Judiciais	7.535.202	3.172.266	10.707.468
Depósitos para Recursos	3.711.276	372.534	4.083.810
	11.246.477	3.544.801	14.791.278

	2024		
	Trabalhista	Cível	Total
Depósitos Judiciais	6.060.468	3.139.444	9.199.912
Depósitos para Recursos	3.423.956	371.994	3.795.950
	9.484.423	3.511.439	12.995.862

11. IMOBILIZADO

	SALDO EM 31/12/2024	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2025
GRCTM – IMOBILIZADO						
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.272.519	8.216	(615)	-	-	1.280.120
MÁQUINAS EQUIP. E FERRAMENTAS	2.221.313	996.430	(1.058.856)	-	-	2.158.887
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	4.634.335	618.379	(3.515.841)	-	-	1.736.873
TOTAL	8.128.167	1.623.025	(4.575.312)	-	-	5.175.880
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO						
TI PE-22	2.883.871	-	-	-	-	2.883.871
TI PRAZERES	176.009	-	-	-	-	176.009
TI COSME E DAMIÃO	268.229	-	-	-	-	268.229
TI AFOGADOS	251.161	-	-	-	-	251.161
TI SANTA LUÍZA	35.475	-	-	-	-	35.475
TOTAL	3.614.745	-	-	-	-	3.614.745
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO						
FORTE DO BRUM	147.402	-	(5.767)	-	-	141.635
TOTAL	147.402	-	(5.767)	-	-	153.169
DEPRECIACÃO ACUMULADA (-)						
GRCTM – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(4.746.596)	(8.510)	-	-	-	(4.755.106)
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(1.996.133)	(144.590)	-	-	-	(2.140.723)
TOTAL	(6.742.729)	(153.100)	-	-	-	(6.895.829)
TOTAL LÍQUIDO	5.147.586	1.469.925	(4.581.079)	-	-	2.036.432

12. INTANGÍVEL

	SALDO EM 31/12/2024	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2025
SOFTWARES						
SOFTWARES EM USO	2.827.538,33	-	(1.728.151)	-	-	1.099.387
TOTAL	2.827.538	-	(1.728.151)	-	-	1.099.387
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS						
CORREDORES/BRT/TRO	4.179.492	-	-	-	-	4.179.492
TOTAL	4.179.492	-	-	-	-	4.179.492,27
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (-)						
SOFTWARES	(1.910.712)	-	-	-	-	(1.910.712)
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS	(2.925.644)	(278.633)	-	-	-	(3.204.277)
TOTAL	(4.836.357)	(278.633)	-	-	-	(5.114.989)
TOTAL LÍQUIDO	2.170.674	(278.633)	(1.728.151)	-	-	163.890

13. FORNECEDORES

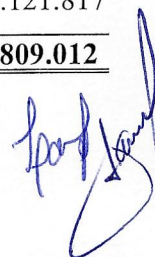
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores Pagos com Recursos Próprios	-	58.430.902
Fornecedores a pagar	83.661.823	26.053.612
	<u>83.661.823</u>	<u>84.484.513</u>

A conta registra as obrigações assumidas pelo Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, decorrentes da aquisição de bens e da contratação de serviços necessários à manutenção e operacionalização de suas atividades institucionais, correspondendo a despesas empenhadas e liquidadas até a data do encerramento do exercício, pendentes de pagamento, em observância ao regime de competência.

Ressalta-se que os saldos pendentes que existiam desde o exercício de 2014, mantidos nas contas, foram regularizados no presente exercício mediante os ajustes contábeis em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, promovendo a adequada depuração dos saldos patrimoniais.

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ressarcimento de Pessoal	67.744	2.793.952
Outras Obrigações com Pessoal	57.585.907	20.015.060
Imposto de Renda retido sobre a Folha de Pagamento	976.796	1.391.982
INSS Retido Servidores sobre Folha de Pagamento	222.290	386.386
Encargos Sociais a Pagar	1.180.513	1.988.418
Férias - Empresas - 1/12	2.595.558	2.595.558
FGTS sobre Férias - Empresas - 1/12	206.921	206.921
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar de Exercícios Anteriores	990.393	323.979
Obrigações de Pessoal – Extra folha	51.413.435	13.121.817
	<u>57.653.651</u>	<u>22.809.012</u>



15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Impostos a Recolher	5.410.996	2.317.464
Obrigações Fiscais a curto prazo	4.337.416	1.262.329
Imposto de Renda retido, exceto sobre a Folha de Pagamento	54.166	40.834
Impostos sobre Serviços retido de PF e PJ	406.526	401.412
Depósitos de Terceiros – Jaboatão	585.074	585.074
Depósitos de Terceiros – Olinda	27.815	27.815
Contribuições a Recolher	886.050	17.972
INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PJ	349.234	5.538
Receitas a Classificar	536.816	12.434
Consignações a Recolher	417.231	184.372
	6.714.277	2.519.808

16. VALORES RESTITUÍVEIS

	2025	2024
Conv. GRCTM/CBTU Repartição Tarifária	3.593.133	3.593.133
Conv. CBTU/STU/REC	1.998	1.998
Repasse Caixa Econômica Federal	2.449.371	2.449.371
	6.044.502	6.044.502

Saldo da conta Convênio GRCTM/CBTU/Repartição Tarifária se refere a valores depositados pelas convenientes CTM/CBTU/REC, que se originou dos valores da integração ônibus/metrô nos termos do convênio de cooperação técnica e financeira da repartição tarifária. O saldo Convênio CBTU/STU/REC é proveniente da venda de bilhetes do metrô (bilhete de papel), pela gerência comercial (GCOM) e posterior depósito por meio de GRU a CBTU/STU/REC. A conta Repasse da Caixa Econômica Federal teve seu saldo originado pelas transferências de recursos financeiros da união para o estado, como interveniente executor a EMTU/Recife, que pela sua extinção e incorporação à PERPART, foi sucedida pelo CTM que deu continuidade ao cumprimento do contrato de repasse.

O valor expresso acima corresponde ao crédito conveniado recebido no momento da assinatura do convênio (valor histórico), e não ao saldo em conta corrente, pois a diferença entre o valor conveniado e o

valor de saldo em extrato, a parcela referente aos rendimentos de aplicação financeira são registrados em uma conta própria da receita.

17. Arrecadação Antecipada de Bilhetagem Eletrônica

	2025	2024
Contas a receber do STPP	-	(59.096.793)
Contas a pagar do STPP	-	56.528.369
Arrecadação antecipada de Bilhetagem Eletrônica	2.656.385	62.629.385
	2.656.385	60.060.962

Os saldos registrados referem-se à comercialização de Vem Trabalhador e de créditos do Vem Comum e (VEM) Estudantil, cujos valores ingressam antecipadamente e permanecem do SETRANS/PE até a efetiva utilização pelos usuários. Tais recursos são posteriormente repassados às operadoras do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife (STPP/RMR), conforme os resgates apurados e após os descontos contratuais aplicáveis.

No âmbito da sistemática de gestão tarifária, os valores arrecadados são movimentados por meio da Conta Garantia de Tarifas, instituída pela Lei Estadual nº 15.189/2013, destinada ao depósito das receitas tarifárias do STPP/RMR, da qual os saques são realizados prioritariamente em favor das operadoras partícipes de contratos de concessão ou permissão do sistema e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), em conformidade com os instrumentos jurídicos vigentes.

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2025	2024
Depósitos de Cauções de Terceiros	-	32.284
Depósitos de Terceiros	9.185.742	8.004.945
	9.185.742	8.037.228

Depósitos de cauções de terceiros, consiste nos valores dados em garantias contratuais previstas na lei nº 13.303/2016, art. 70.

Depósitos de terceiros representa os valores relativos a convênios celebrados com entidades estudantis, bem como receita de veiculação e propaganda em ônibus – RVPO, instituída pela resolução nº 003/99, do conselho metropolitano de transportes urbanos – CMTU.

19. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

	2025	2024
Processos Cíveis	20.338.032	42.659.589
Processos Trabalhistas	6.045.051	7.895.004
	26.383.084	50.554.593

Administração do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências cíveis e trabalhistas considerada suficiente para fazer face às perdas classificadas como prováveis, relacionadas aos processos judiciais em curso na data do encerramento do exercício, em conformidade com os critérios de reconhecimento aplicáveis.

19.1. PROCESSOS JUDICIAIS NÃO PROVISIONADOS

	2025	2024
Processos Cíveis	126.852.089	113.377.714
Processos Trabalhistas	18.892.846	67.370.251
	145.744.935	180.747.965

A Entidade possui processos judiciais de natureza trabalhista e cível, os quais são acompanhados pela assessoria jurídica e avaliados periodicamente quanto à probabilidade de perda. Em conformidade com o disposto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram constituídas provisões para os referidos processos, tendo em vista que a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, classificou o risco de perda como possível. Dessa forma, tais demandas não atendem aos critérios para reconhecimento contábil de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital Social Subscrito, a Integralizar e Integralizado

Capital Social Subscrito	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar	(424.300)
Capital Social Subscrito e Integralizado	<u>575.700</u>

O saldo do capital social subscrito é representado por 1.000.000 milhão de quotas com o valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 565.700 pertencentes ao Governo do Estado de Pernambuco, 10.000 pertencentes à Prefeitura Municipal de Camaragibe, 350.000 pertencentes à Prefeitura da Cidade do Recife e 74.300 pertencentes à Prefeitura da Cidade de Olinda.

20.2 Lucros e Prejuízos Acumulados

A conta de lucros e prejuízos acumulados foi impactada em 2025 pela ocorrência do Prejuízo do exercício no valor de R\$ 20.662.425 (vinte milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).

20.3 Recursos para Aumento de Capital

O valor de R\$ 34.991.410 (trinta e quatro milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e dez reais) refere-se a recursos aportados pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria das Cidades, destinados à manutenção e reforma de Terminais Integrados e Mini Terminais, elaboração de projetos de terminais e corredores, contratação de consultorias para processos licitatórios das linhas, bem como à implantação de sistemas de monitoramento da frota. Tais aportes foram realizados em exercícios anteriores, no período compreendido entre 2011 a 2013, permanecendo registrados nessa rubrica ao longo dos exercícios subsequentes, aguardando a correspondente incorporação ao ativo imobilizado da Empresa, conforme a conclusão e formalização dos respectivos projetos e investimentos. Os referidos valores representam, portanto, recursos vinculados à execução de investimentos estruturais no sistema de transporte, os quais serão apropriados ao ativo imobilizado à medida que atendidos os critérios para reconhecimento contábil aplicáveis.

Segundo disposto no capítulo II, cláusula sexta, parágrafo nono, da segunda alteração/consolidação do Contrato Social do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, o capital social seria integralizado no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura (17 de junho de 2008) mediante contribuição em dinheiro, bens móveis ou imóveis. No entanto, até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apenas o Governo do Estado de Pernambuco e o Município de Camaragibe havia integralizado o seu capital subscrito.

20.4 Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
Saldos do Exercício em 31/12/2015	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(133.533.209)	(97.966.099)
Retificação de erros				5.465.394	5.465.394
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(128.067.815)	(92.500.705)
Prejuízo do exercício				(30.699.764)	(30.699.764)
Saldos do Exercício em 31/12/2016	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(158.767.579)	(123.200.468)
Retificação de erros				(700.489)	(700.489)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(159.468.068)	(123.900.956)
Prejuízo do exercício				(60.916.790)	(60.916.790)
Saldos do Exercício em 31/12/2017	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(220.384.858)	(184.817.747)
Retificação de erros				42.398.919	42.398.919
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(177.985.939)	(142.418.826)
Prejuízo do exercício				(31.152.109)	(31.152.109)
Saldos do Exercício em 31/12/2018	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(209.138.048)	(173.570.937)
Retificação de erros				(475.882)	(475.882)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(209.613.930)	(174.046.819)
Lucro do exercício				10.001.725	10.001.725
Saldos Iniciais Ajustados 31/12/2019	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(199.612.205)	(164.045.093)
Retificação de erros				(4.851.262)	(4.851.262)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(204.463.468)	(168.896.356)
Prejuízo do exercício				(2.216.334)	(2.216.334)
Saldos do Exercício em 31/12/2020	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(206.679.802)	(171.112.692)
Retificação de erros				76.383	76.383
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(202.121.061)	(166.553.951)
Prejuízo do exercício				(9.516.632)	(9.516.632)
Saldos do Exercício em 31/12/2021	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(211.637.693)	(176.070.583)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(211.637.693)	(176.070.583)
Prejuízo do exercício				(54.176.867)	(54.176.867)
Saldos do Exercício em 31/12/2022	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(265.814.560)	(230.247.450)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(239.684.925)	(204.117.815)
Prejuízo do exercício				(16.687.129)	(16.687.129)
Saldos do Exercício em 31/12/2023	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(256.372.053)	(220.804.943)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(230.575.589,36)	(195.008.479)
Lucro do exercício				7.223.990	7.223.990
Saldos do Exercício em 31/12/2024	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(223.351.599)	(187.784.490)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	185.640.909	185.640.909
Prejuízo do exercício	-	-	-	(20.662.425)	(20.662.425)
Saldos do Exercício em 31/12/2025	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(58.373.115)	(22.806.006)

20.5 Ajustes de exercícios anteriores

No exercício corrente foi identificado erro imputável a exercícios anteriores, decorrente de bancos, estoque, Depósitos Judiciais, folha de pagamento, fornecedores e outros.

AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	(62.730.769)
Estoques	(12.383)
Adiantamentos a Empregados e Outros	(567.003)
Despesas Pagas a Regularizar	32.094
Outras Despesas Correntes	(26)
Depósitos Judiciais	901.743
Intangível	35.600
Fornecedores	59.048.684,94
Salários e Encargos Sociais	1.070.445,13
Impostos, Taxas e Contribuições	1.025.403,23
Arrecadação antecipada de Bilhetagem Eletrônica	117.316.397,12
Depósito de Terceiros	32.283,57
Outras Obrigações	237.309,07
Resíduos de Créditos STPP	69.251.129,50
Lucro/Prejuízos Acumulados	185.640.909

Os Ajustes de Exercício anteriores registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os valores relativos aos ajustes na conta Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se à regularização de registros que permaneciam pendentes desde o exercício de 2014. Diante desse contexto, no exercício de 2025, foram realizados os ajustes contábeis com a finalidade de promover a adequada regularização dos saldos registrados nessa conta.

Os valores relativos a ajustes na conta Estoques referem-se à regularização de diferenças identificadas entre os registros contábeis e os relatórios de inventário físico de exercícios anteriores, as quais não haviam sido evidenciadas à época da elaboração e apresentação dos respectivos relatórios de inventário. No exercício de 2025, foram realizados os correspondentes ajustes contábeis com a finalidade de promover a adequada compatibilização entre os registros contábeis e as informações provenientes dos inventários físicos.

Os valores relativos a ajustes na conta Adiantamentos a Empregados e Outros se referem à regularização de inconsistências identificadas nos saldos contábeis dessa rubrica, originadas, em sua maior parte, de saldos provenientes do processo de implantação dos registros contábeis, os quais não possuíam composição analítica que permitisse a adequada identificação de sua origem. Parte desses saldos remonta a exercícios anteriores, inclusive desde o exercício de 2014, permanecendo pendentes de regularização ao longo dos exercícios subsequentes. Diante disso, no exercício de 2025, foram realizados os correspondentes ajustes contábeis com a finalidade de promover a adequada regularização dos saldos patrimoniais da referida conta.

Os valores relativos a ajustes na conta Depósitos Judiciais referem-se à regularização de saldos contábeis identificados no processo de revisão e conciliação das contas patrimoniais da Entidade, relacionados a registros provenientes de exercícios anteriores. Durante a análise dos registros contábeis, verificou-se a existência de valores classificados nessa rubrica que não possuíam documentação ou detalhamento suficiente nos históricos contábeis que permitissem a adequada identificação de sua origem ou composição analítica. Diante dessa situação, e com o objetivo de promover a adequada depuração e consistência dos saldos patrimoniais, no exercício de 2025 foram realizados os correspondentes ajustes contábeis em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, no patrimônio líquido, em conformidade com o disposto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os valores relativos a ajustes na conta Fornecedores referem-se à regularização de saldos contábeis provenientes de exercícios anteriores, cuja composição encontrava-se afetada por inconsistências nos registros realizados à época. Tais pendências remontam ao exercício de 2014, permanecendo sem a devida regularização ao longo dos exercícios subsequentes, o que ocasionou distorções na composição dos saldos contábeis dessa rubrica. No exercício de 2025, no contexto das rotinas de revisão e conciliação das contas contábeis, bem como em atendimento a deliberações do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, tais valores foram regularizados mediante a realização dos correspondentes ajustes contábeis em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, no patrimônio líquido, promovendo a adequada regularização dos saldos registrados na conta Fornecedores.

Os valores relativos a ajustes nas contas Arrecadação Antecipada de Bilhetagem Eletrônica e Resíduos de Créditos STPP referem-se à regularização de saldos contábeis provenientes de exercícios anteriores, cuja composição analítica apresentava elevada dificuldade de identificação em razão da ausência de movimentação e da antiguidade dos registros. Parte desses valores remonta a exercícios anteriores, inclusive desde 2014, permanecendo registrados na referida rubrica sem a correspondente utilização ou baixa ao longo dos exercícios subsequentes. Diante desse contexto, e considerando o critério de prescrição aplicável, no exercício de 2025 foram realizados os correspondentes ajustes contábeis com a finalidade de promover a adequada regularização dos saldos patrimoniais dessa conta.

Os valores relativos a ajustes nas contas Despesas pagas a regularizar, Outras Despesas Correntes, Salários e Encargos Sociais, Impostos, Taxas e Contribuições, Depósitos de Terceiros e Outras Obriga-



ções referem-se à regularização de registros contábeis provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de inconsistências identificadas na composição dos saldos dessas rubricas. Parte desses registros remonta a exercícios anteriores, permanecendo ao longo dos períodos subsequentes sem a correspondente regularização, em razão da ausência de detalhamento analítico suficiente nos registros históricos que permitisse a adequada identificação e classificação contábil de sua origem e natureza. No exercício de 2025, no âmbito das rotinas de revisão, análise e conciliação das contas patrimoniais e de resultado, a Entidade procedeu à avaliação desses saldos, sendo constatada a necessidade de promover a regularização contábil dos valores registrados nessas rubricas. Dessa forma, foram realizados os correspondentes ajustes contábeis, reconhecidos em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, no patrimônio líquido, com a finalidade de assegurar maior consistência, confiabilidade e fidedignidade às demonstrações contábeis da Entidade.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Receita de Multas e Infrações	1.276.355	2.092.131
Receita de Carteira de Estudante/CIE's e propagandas em abrigos	1.537.464	1.593.112
Receita de Aluguel de Box	32.802	28.564
	2.846.621	3.713.806

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Serviços de Terceiros Pessoa Física	(157.749)	(102.676)
Serviços Prestados por Pessoa Jurídica	(54.152.698)	(16.091.547)
Serviços de Energia Elétrica	(204.198)	(383.954)
Serviços de Água e Esgoto	(62.306)	(124.052)
Serviços Médico Hospitalares	(4.404.595)	(4.667.081)
Serv. Gráficos de encadernação	(10.480)	(25.903)
Serviços Judiciários e cartoriais	(366.494)	(125.845)
Serviços de limpeza e conservação	(29.006)	(32.973)
Serviços de Tecnologia da Informação	(4.596.990)	(4.014.239)
Serviços de cópias e reprodução de documentos	-	(36.950)

Consultoria e Assessoria – Jurídica	(21.073)	(304.541)
Honorários Sucumbenciais	(279.941)	(312.875)
Locação de Mão de Obra	(17.515.194)	(16.656.247)
Locação de Imóveis	(2.474.714)	(1.722.238)
Locação de Máquinas e Equipamentos	(405.813)	(303.448)
Locação de Bens Móveis de Outras Naturezas	(18.240)	(10.730)
Locação de Veículos Automotores	(640.286)	(582.789)
Armazém	(18.814)	(22.553)
Manut. Conserv. Bens Imóveis	(38.232)	(272.102)
Vale Refeição/Vale Alimentação	(3.773.740)	(3.962.272)
Atividades artísticas, Culturais	-	(6.721)
Dedetização/Tratamento de Resíduos e Afins	-	(3.787)
Seguros em Geral	(82.817)	(54.023)
Publicidade	(42.370)	(85.315)
DEA – Serviços PJ	(74.901.073)	(3.454.977)
Passagem para servidores para dentro do Estado	(25.058)	(56.753)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(431.733)	(560.265)
DEA - Sentenças Judiciais	-	(4.500.000)
Provisões Trabalhistas	(855.748)	(515.990)
Provisões Cíveis	(10.168)	-
Provisão para perdas de crédito	(4.920)	(4.320)
Outras	(1.955.274)	(264.188)
	(167.479.722)	(59.261.353)

As Despesas Gerais e Administrativas compreendem os gastos relacionados à manutenção das atividades operacionais e administrativas da Entidade. No exercício de 2025, destaca-se, nesse grupo decorre da rubrica DEA – Serviços de Pessoa Jurídica, a qual contempla, substancialmente, valores relacionados aos contratos de concessão dos corredores Norte/Sul e Leste/Oeste.

Essa variação está associada, principalmente, ao reequilíbrio econômico-financeiro desses contratos, com base nas condições estabelecidas nos respectivos instrumentos contratuais, refletindo os valores a serem transferidos pelo Estado a título de repasses financeiros destinados à manutenção do equilíbrio contratual. Dessa forma, a movimentação registrada na referida rubrica reflete, essencialmente, a atualização dos compromissos financeiros contratuais vinculados aos contratos de concessão, não representando, necessariamente, alteração estrutural nas despesas administrativas recorrentes da Empresa.

23. DESPESAS PESSOAL E ENCARGOS

	2025	2024
Ordenados, Salários, Gratificações e Outras	(50.676.119)	(33.862.116)
Encargos Previdenciários	(7.711.970)	(8.156.430)
Encargos Patronais - FGTS	(2.259.856)	(2.561.164)
Indenizações trabalhistas e Pessoal Requisitado a Outros Órgãos	(24.550.490)	(1.771.997)
	(85.198.435)	(46.351.706)

As despesas com pessoal e encargos sociais compreendem os gastos relacionados à remuneração, benefícios, indenizações trabalhistas, plano de demissão voluntária e encargos incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados da Empresa, bem como valores relacionados a pessoal requisitado ou cedido por outros órgãos da administração pública.

No exercício de 2025, a conta Ordenados, Salários, Gratificações e Outras Remunerações registrou saldo de R\$ 50.676.119, composto principalmente por R\$ 21.972.649,73 referentes à liquidação da folha de pagamento; R\$ 21.086.827,28 relativos à aquisição antecipada de vale-transporte destinados à cobertura dos custos operacionais do sistema; e R\$ 7.616.641,99 correspondentes às demais despesas com remunerações, gratificações e benefícios vinculados ao quadro funcional.

Adicionalmente, no exercício de 2025, a Entidade registrou despesas relacionadas à implementação de Programa de Demissão Voluntária (PDV), instituído com o objetivo de promover a reestruturação do quadro funcional e a adequação da estrutura de custos operacionais.

Em decorrência da adesão de empregados ao referido programa, foram reconhecidos indenizações trabalhista e encargos sociais no valor de R\$ 24.550.490, correspondentes às indenizações e demais verbas rescisórias previstas no regulamento do programa.

Tais valores foram contabilizados na rubrica Indenizações trabalhistas e Pessoal Requisitado de Outros Órgãos, impactando o resultado do exercício, e possuem natureza não recorrente, estando diretamente associados à implementação do Programa de Demissão Voluntária aprovado pelo Governo do Estado/Secretaria de Administração.



24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

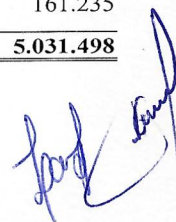
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	(129.555)	(88.880)
Impostos	-	(7.792)
Taxa – JUCEPE	(396)	(1.004)
C.I.M., Taxa de limpeza Urbana, Taxa de Vigilância Sanitária, TSD (PREF.)	(1.103)	(977)
DEA - IMPOSTOS	(63.641)	-
DEA – Outras Taxas	(10.234)	-
Contribuições Sociais	(5.677.863)	(1.216.604)
Juros e Encargos de Mora	(14.844)	(412.217)
Outras Taxas	(60)	(464)
	<u>(5.897.695)</u>	<u>(1.727.937)</u>

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Auxílio Funeral	(12.741)	(12.607)
Auxílio creche	(98.471)	(77.012)
Auxílio Educação	(135.362)	(68.546)
Auxílio dependente deficiente	(80.850)	(69.084)
Uso de material de consumo	(517.974)	(665.912)
	<u>(845.398)</u>	<u>(893.161)</u>

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Outras Transferências não Financeiras Recebidas	35.034	31.690
Ganhos com Incorporação de outros direitos	5.193.566	52.809
Ganhos com Cancelamento de Restos a Pagar	15.041	368.683
Ganhos com outras Desincorporações de Passivos	-	1.671.633
Reversão de Provisões	25.037.426	2.744.368
Reversão de Ajustes de Perdas de Créditos	480	1.080
Recuperação de despesas Orçamentárias	19	-
Ressarcimento de pessoal	-	-
Outras contas	22.946	161.235
	<u>30.304.512</u>	<u>5.031.498</u>

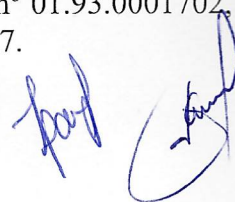


27. TRANSFERÊNCIA LÍQUIDAS DO TESOUREO ESTADUAL

	2025	2024
Transferências Financeiras Recebidas do Órgão Central	738.352.578	487.218.399
Transferências Financeiras Entre Unidades Gestoras	-	14.574.515
	<u>738.352.578</u>	<u>501.792.914</u>

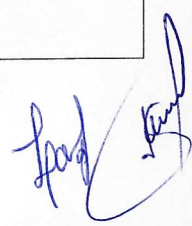
28. COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado)

O consórcio mantém contrato de seguros, na modalidade de seguro de vida em grupo, num total de 186 segurados, sendo no valor de R\$ 80.000,00, para 186 segurados, conforme apólice nº 01.93.0001702, da Gente Seguradora S.A, em atendimento ao Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2027.



29. DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO, LEI Nº 13.303/2016, ART. 8º, INCISO VI.

Programa/Ações/Subação (A)			Dotação autorizada(B)	Despesa líquida(C)	%CB (D)	Meta física realizada (G)	Comentários (H)
1	1085-Programa de Comunicação com os Usuários do STPP/RMR						
1.1	4678 -Manutenção da central de atendimento aos clientes do STPP/RMR	0000 - Outras Medidas	1.270.000,00	1.100.045,17	86,62%	Manutenção realizada	A Central de Atendimento ao Cliente do Grande Recife Consórcio, funciona de forma híbrida, com atendimentos presenciais e via On-Line. Através do WhatsApp 99488-3999 o atendimento é de domingo a domingo das 6h às 18h e através do 0800 081 0158 o atendimento é de segunda a sábado das 06h às 18h. Nos Terminais Integrados - TIs, o atendimento é presencial, de segunda a sábado, das 6h às 12h. Já na sede do Grande Recife Consórcio, o atendimento é realizado de segunda à sexta das 8h às 17h de segunda a sexta. Todos os atendentes, num total de 28 (sendo 10 nos TIs e 18 na Sede), são pessoas com deficiência, oriundas de três associações contratadas para este fim, quais sejam: IICPE, CESR e APEC. A Central realizou uma média de 165.484 atendimentos via WhatsApp no ano de 2025. Já pelo 0800, apuramos uma média de 14.607 manifestações, sendo 12.510 relativas a informações e sugestões e 2.097 referentes a reclamações sobre o Sistema de Transporte Público de Passageiros da RMR - STPP/RMR. E nos Terminais Integrados o total de atendimento em 2025 foi de 327.349 Todas as reclamações são analisadas e encaminhadas às respectivas unidades responsáveis, e servem de subsídio para avaliação das empresas operadoras do STPP/RMR.
2	1031-Melhoria da Mobilidade Urbana						
2.1	4681 - Manutenção e Operacionalização dos Terminais e Minitermiais	0000 - Outras Medidas	4.817.397,00	27.514,13	0,57%	Manutenção realizada	Pagamento referentes a despesas com vigilância, limpeza, portaria, celp e compensa dos minitermiais de bairro
		1951-Manutenção e operacionalização do Terminal Santa Rita	653.600,00	607.879,82	93,00%	Manutenção realizada	Pagamento referente a despesas com vigilância, limpeza, portaria, celp e compensa do terminal de Cais de Santa Rita
2.2	3877- Manutenção e Operacionalização das Estações de BRT	0000 - Outras Medidas	10.390.000,00	5.389.202,10	51,87%	Serviço Realizado	Pagamento de porteiros
2.3	4682 - Implantação do BRT nos corredores Norte-Sul e Leste-Oeste/RMR	0000 - Outras Medidas	270.100,00	0,00	0,00%	0	Obras de requalificação de 7 estações de BRT e compras de ar condicionado. Que não foram realizadas em 2025
		0000 - Outras Medidas	508.400,00	0,00	0,00%	0	



Programa/Ações/Subação (A)		Dotação autorizada (B)	Despesa líquida (C)	%C/B (D)	Meta física realizada (G)	Comentários (H)
3	1086-Operacionalização do Sistema de Transporte Público de Passageiros-STPP/RMR					
3.1	4685 - Subsidio às Empresas Operadoras do STPP/RMR	0000 - Outras Medidas	0,00	0,00	#DIV/0!	0
		1958-Concessão de subsídio às Linhas Alimentadoras	21.910.000	22.724.423,57	103,72%	Serviço Realizado
		1959-Concessão de subsídio ao Corredor Norte/Sul	67.200.000,00	147.052.588,05	218,83%	Serviço Realizado
		1960-Concessão de subsídio ao Corredor Leste/Oeste	71.240.000,00	158.120.800,24	221,96%	Serviço Realizado
3.2	3929- Realizar acompanhamento do controle de concessão da PPP da operacionalização e manutenção dos terminais e estações do BRTs	0000 - Outras Medidas	66.730.700,00	57.275.936,75	85,83%	Serviço Realizado
		8508 - Realização de despesas com verificador independente para acompanhamento de contratos de PPP - Terminais	50.000,00	264192,00	528,38%	Serviço Realizado
3.3	1313 - Ampliação e melhoria do sistema da bilhetagem eletrônica para os usuários do STPP/RMR	2115- Aquisição de crédito de vale transporte para manutenção do stpp	180.000.000,00	197.743.287,92	109,86%	Serviço Realizado
	1313 - Ampliação e melhoria do sistema da bilhetagem eletrônica para os usuários do STPP/RMR	3232 - subsídio direto/gratuidade aos passageiros em situação de vulnerabilidade no STPP/rmr	50.000,00	0,00	0,00%	0

LEGENDA:

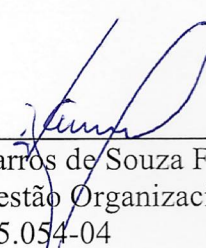
- (A) O nome dos programas, ações e subações conforme a Lei Orçamentária Anual
 (B) Dotação orçamentária original+suplementação-cancelamentos ocorridos no exercício financeiro
 (C) Total de despesa líquida por programas e ações
 (D) Percentual alcançado (C/B)
 (E) Produto em relação à meta física estipulada
 (D) Resultado físico previsto
 (G) Resultado físico alcançado
 (H) Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros(obrigatoriamente quando do não atingimento das metas)
 (I) Indicador previsto para medição do programa

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em conformidade com o disposto no CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Entidade avaliou os eventos ocorridos entre **31 de dezembro de 2025** e a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis. Com base nas análises realizadas, não foram identificados eventos subsequentes que ensejassem ajustes materiais nas demonstrações contábeis. Eventuais fatos ocorridos nesse período que não demandam ajuste foram considerados não relevantes para fins de divulgação.

A Administração mantém procedimentos de monitoramento contínuo de eventos subsequentes, visando assegurar a adequada evidenciação de fatos que possam impactar as demonstrações contábeis em exercícios futuros.

Recife, 24 março de 2026.


Aubiergio Barros de Souza Filho
Diretor de Gestão Organizacional
CPF: 338.835.054-04


Laurenildo Freitas da Silva
Contador – CRC/PE: 12.707-O
CPF: 362.279.354-68